



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS IFNMG

(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23395.000370/2023-51)

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para prestação de serviços continuados de seguro de vida coletivo para os alunos do IFNMG, bem como estagiários recebidos/contratados pela Instituição; conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, conforme especificações e discriminações constantes neste instrumento:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Quantidade estimada total de vidas para 01 ano	Valor estimado mensal por vida	Valor estimado total para 01 ano
01	13943	Contratação de prestação de serviços continuados de seguro de vida coletivo de acidentes pessoais, sem franquia, incluindo cobertura de seguro por morte acidental com capital no valor de 10.000,00 (dez mil reais), por invalidez permanente total ou parcial por acidente com capital segurado, no valor de 10.000,00 (dez mil reais), com despesas médicas hospitalares e odontológicas, decorrentes de sinistro com capital segurado no valor de 10.000,00 (dez mil reais); durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, em qualquer lugar do Brasil, sem limite de idade; dentro e fora dos Campi; para cada aluno assegurado do IFNMG regularmente matriculados nos cursos de pós graduação, ensino superior, médio integrado e concomitante/subsequente, em suas atividades acadêmicas de estágio obrigatório; bem como, estagiários recebidos/contratados pela Instituição; com pagamento mensal, correspondente ao efetivo número de alunos segurados no mês; com contrato de 12 meses podendo ser renovado até 60 (sessenta) meses.	Seguro mensal por vida	14.885	R\$ 1,35	R\$ 20.094,75

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

ITEM	CATMAT	Descrição/ Especificação	Unidade de Medida	Órgão Gerenciador	Órgãos Participantes								Quantidade Total
				Reitoria	IFNMG - Campus Almenara	IFNMG - Campus Araçuaí	IFNMG - Campus Arinos	IFNMG Montes Claros	IFNMG - Campus Diamantina	IFNMG - Campus Pirapora	IFNMG - Campus Salinas	IFNMG - Campus Teófilo Otoni	
1	13943	Contratação de prestação de serviços continuados de seguro de vida coletivo de acidentes pessoais, sem franquia, incluindo cobertura de seguro por morte acidental com capital no valor de 10.000,00 (dez mil reais), por invalidez permanente total ou parcial por acidente com capital segurado, no valor de 10.000,00 (dez mil reais), com despesas médicas hospitalares e odontológicas, decorrentes de sinistro com capital segurado no valor de 10.000,00 (dez mil reais); durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, em qualquer lugar do Brasil, sem limite de idade; dentro e fora dos Campi; para cada aluno assegurado do IFNMG regularmente matriculados nos cursos de pós graduação, ensino superior, médio integrado e concomitante/subsequente, em suas atividades	Unidade	-	2.800	3.780	660	805	240	1.800	4.560	240	14.885

[illegible]

- 1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de serviços de seguro de vida coletivo para os alunos;
- 1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima;
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a *Empreitada por Preço Unitário*.
- 1.6. *O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.*

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A necessidade da contratação do serviço decorre em primeiro plano da exigência estabelecida pela Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre a necessidade de seguro contra acidentes pessoais para os discentes que vierem a cumprir estágio obrigatório.

“Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública, autárquica e fundacional... podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme estabelecido no termo de compromisso;

*Parágrafo único. No caso de **estágio obrigatório**, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo, poderá, alternativamente, **ser assumida pela instituição de ensino**. (grifamos).*

- 2.2. Considerando:

- 2.2.1. Que as atividades de estágio dos cursos de pós-graduação, Graduação, Ensino Médio Integrado e Concomitante /Subsequente do IFNMG, constam nas Metas do Planejamento Estratégico da Pró-reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão; do Projeto Pedagógico da Instituição, e do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI de 2019-2023;
- 2.2.2. Que o IFNMG recebe/contrata alunos em estágio de outras Instituições de ensino;
- 2.2.3. Que as entidades que aceitam estagiários, em regra, não estão dispostas a arcar com o custo deste seguro, e de acordo ao previsto no parágrafo único do *Art. 9 da Lei 11.788/2008*, o IFNMG poderá assumir a responsabilidade pela contratação do seguro.
- 2.2.4. A demanda por segurança e assistência aos estudantes no exercício do estágio obrigatório;
- 2.2.5. A impossibilidade de execução Direta do serviço pelo IFNMG por não atender os requisitos necessários pela Lei nº 5.94/1964, que Regula a profissão de corretor de seguros;
- 2.2.6. Que a empresa contratada prestará serviços de corretagem de seguro de vida para alunos em estágio obrigatório, com capacidade técnica comprovada, devidamente regulamentada e apta para atender a demanda prevista.

- 2.3. Neste sentido, é salutar a contratação de seguro e assistência, aos alunos regularmente matriculados nos cursos da Instituição, em suas atividades acadêmicas de estágio obrigatório, dentro e fora dos vários campi pertencentes a esta Instituição; bem como, estagiários recebidos/contratados pelo IFNMG, nos casos em que venham a acontecer acidentes e acontecimentos de natureza súbita e imprevisíveis, os quais tenham como consequência direta a morte ou invalidez permanente total ou parcial ou que se torne necessário tratamento médico, odontológico e hospitalar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A presente solução tem como finalidade a prestação de serviços continuados de seguro de vida coletivo de acidentes pessoais, sem franquia, incluindo cobertura de seguro por morte acidental, por invalidez permanente total ou parcial por acidente, com despesas médicas hospitalares e odontológicas, decorrentes de sinistro, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, em qualquer lugar do Brasil, sem limite de idade; dentro e fora dos Campus; para os alunos do IFNMG, dos cursos de pós graduação, ensino superior, médio integrado e concomitante/subsequente, em suas atividades acadêmicas de estágio obrigatório; bem como estagiários recebidos/contratados pela instituição; com pagamento mensal, correspondente ao efetivo número de alunos segurados no mês; com contrato de 12 meses podendo ser renovado até 60 (sessenta) meses.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. Conforme disposto na PORTARIA Nº 776 – REITOR/2015 os serviços previstos neste Termo de Referência classificam-se como serviços de natureza continuada com período de vigência do contrato de 12 (doze) meses, podendo ser renovado em igual período por até 60 (sessenta) meses;
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos; desta forma não estando diretamente

relacionada a atividade fim da Instituição, é mais eficaz e econômico para o ente público terceirizar o serviço para o fornecimento por empresa com expertise na área.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. A contratação do serviço será realizada por meio de Pregão eletrônico, Sistema de Registro de Preços SRP, com assinatura da Ata de Registro de Preços com validade de 12 meses.

4.4.1. A utilização do Sistema de Registro de Preços - SPR, esta sustentada no art. 3º do Decreto nº 7.892/13 que regulamenta esta modalidade de licitação; uma vez que o Estágio Obrigatório é um requisito para a certificação do curso, havendo a necessidade de contratações frequente de seguro de vida; que os serviços são prestados e pagos mensalmente conforme o aluno cumpri o estágio; que a contratação está inserida no plano de Compras Compartilhadas de 2023 para atender todos os Campi da Instituição; e por fim; mesmo sendo possível estimar a quantidade de alunos que realizarão estágio obrigatório, não é possível determinar a quantidade exata de apólices a serem emitidas.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

1. A referida contratação tem como objetivo o fornecimento de seguro de vida coletivo de acidentes pessoais, com emissão de certificados individuais, contendo as informações básicas do seguro de vida, tais como: nº da apólice; a data de vigência; o nome e CPF do segurado, destinados ao atendimento dos alunos regularmente matriculados no IFNMG no exercício de estágio obrigatório.
2. O período de vigência da apólice deverá ser de 12 (doze) meses, podendo ser renovado em igual período por até 60 (sessenta) meses; Não deverá contemplar franquias ou carência para nenhuma cobertura do plano de seguro a ser contratado;
3. A prestação dos serviços será paga mensalmente, no valor correspondente ao efetivo número de alunos segurados naquele mês;
4. O pagamento será efetuado pela contratante em até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente atestada pelo setor competente;
5. O pagamento será creditado na conta corrente da Contratada, através de ordem bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo, para isso, ficar explicitado na proposta: banco, agência, localidade e conta corrente em que deve ser efetuado o crédito;
6. O pagamento somente será liberado para a Contratada após: o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual; após apresentação do ateste da execução dos itens dos serviços contratados e por ela executados; a confirmação de que a contratada está em dia com as obrigações fiscais e trabalhistas junto ao fisco.
7. A execução dos serviços deverá ser iniciada após a assinatura da Ata de Registro de Preço e do Contrato, nos termos e prazo estipulados no Termo de Referência, Edital e seus anexos;
8. Em relação ao tipo de contratação, o serviço é de caráter continuado, uma vez que é necessário a continuidade dos serviços de seguro de vida aos estudantes da Instituição, tendo em vista que as atividades acadêmicas se estendem por mais de um exercício financeiro, principalmente no que tange o estágio obrigatório.
9. Por fim, considerando a projeção do aumento do número de alunos segurados e que a presente contratação será realizada como prestação de serviços continuados, o contrato inicial será de 12 meses podendo ser renovado até 60 (sessenta) meses, conforme legislação vigente.

5.1.1. *Trata-se de serviços continuados*

5.1.2. Para os critérios e práticas de sustentabilidade ambiental será observado o Decreto nº 7.746/12.

5.1.3. *A duração inicial do contrato será de 12 (doze), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses*

5.1.4. Havendo a necessidade e pertinência, a empresa contratada para prestação do serviço deverá realizar *transição gradual* de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas a contratante.

5.1.5. *Soluções de mercado:*

1. Execução Direta: O IFNMG não atende os requisitos necessários pela Lei nº 4.594/1964 que Regula a profissão de corretor de seguros;
2. Execução Indireta: A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de corretagem de seguro de vida; esta solução permite a instituição oferecer os serviços com eficácia e economicidade para o ente público, através de fornecedor com expertise na área;

5.1.6. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

5.1.7. Não haverá necessidade de deslocamentos da contratada para realização do serviço, sendo dispensada a estimativa de hospedagem.

5.1.8. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência;

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 11 horas e 14 horas às 16:00 horas.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue arquivo digital ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.5. A Vistoria é facultativa e a não realização, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.6. **A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.**

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Após a assinatura do contrato, ou aceite do instrumento equivalente, a Contratada, no **prazo de 15 (quinze) dias consecutivos, deverá entregar a Apólice de Seguro**, devidamente registrada e em total conformidade com o exigido aos seguintes Órgãos:

	ÓRGÃO	UASG	TIPO	Endereço de Entrega
GERENCIADOR	IFNMG – Reitoria	158121	Gerenciadora	Rua Professor Monteiro Fonseca, 216, Vila Brasília Montes Claros, MG, Cep: 39.400-149
PARTICIPANTE	IFNMG – Campus Teófilo Otoni	155854	Participante	Rua Mocambi, 295, Viriato. Teófilo Otoni - MG. CEP 39.800-430 39804-430.
	IFNMG – Campus Araçuaí	158441	Participante	Fazenda do Meio Pé da Serra, S/N, BR 367, km 278, Araçuaí/MG, CEP 39.600-000
	IFNMG – Campus Pirapora	158440	Participante	Rua Humberto Mallard, 1355 - Bairro Santos Dumont- Pirapora/MG, CEP: 39.274-140
	IFNMG – Campus Diamantina	156121	Participante	Fazenda Biribiri, km 624, s/nº - Bairro Rodovia 367, Diamantina/MG. CEP: 39.100-000
	IFNMG – Campus Arinos	158438	Participante	Rodovia MG 202, km 392, Arinos/Buris, Arinos/MG CEP 38.680-000
	IFNMG – Campus Salinas	158377	Participante	Campus: Fazenda Varginha, Km 02 da Rodovia MG-404 , Salinas/MG, CEP 39560-000
	IFNMG – Campus Almenara	158439	Participante	Rodovia BR 367 Almenara/Jequitinhonha, km 111, Zona Rural, Almenara-MG - CEP:39900-000
	IFNMG - Campus Montes Claros	158437	Participante	Rua Dois nº 300, Village do Lago - Montes Claros (MG)

7.1.1. A Apólice deverá estar revestida de todas as formalidades legais para que surta os efeitos esperados pelas partes.

7.2. A execução dos serviços será iniciada conforme a emissão da ordem de serviço, observando as seguintes características:

7.2.1. Cobertura de seguro por morte acidental, com capital para cada estagiário, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

7.2.2. Cobertura por invalidez permanente total ou parcial por acidente, com capital segurado para cada estagiário, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

7.2.3. Cobertura com despesas médicas hospitalares e odontológicas, decorrentes de sinistros, com capital segurado para cada estagiário, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

7.2.4. Prazo de indenização das despesas médicas hospitalares e odontológicas, decorrentes de sinistros de no máximo 30 (trinta) dias após a entrega dos documentos listados na apólice;

7.2.5. A cobertura do seguro deverá ocorrer durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, garantindo os riscos relativos às atividades profissionais e extraprofissionais, ocorridos em qualquer parte do Brasil;

7.2.6. A seguradora permitirá a inclusão e a exclusão mensal de novos segurados no decorrer da vigência da APÓLICE, sem custo adicional, garantindo a cobertura a partir da data de admissão na Instituição, sem limitações, sem limite de idade para

os alunos segurados;

7.2.7. Não deverá contemplar franquia e/ou carência para nenhuma cobertura do plano de seguro a ser contratado;

7.2.8. A apólice deverá considerar as coberturas e capital conforme caracterizado abaixo:

7.2.9. Morte Acidental – Garantir aos beneficiários, os quais serão pessoas livremente indicadas pelo segurado, o pagamento do capital segurado individual contratado para esta cobertura em caso de morte, em caso de falecimento do segurado decorrente de acidente pessoal coberto pelo seguro, inclusive por agentes biológicos ou reagentes químicos, no valor do Capital Segurado de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

7.2.10. Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente – Garantir ao próprio segurado, em caso de invalidez permanente total ou parcial por acidente, o pagamento de uma indenização, limitada ao valor do capital segurado contratado, nos casos em que haja perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em virtude de lesão física causada por acidente pessoal coberto pelo seguro, inclusive por agentes biológicos ou reagentes químicos, mediante comprovação de laudo médico e desde que tais lesões sejam insuscetíveis de reabilitação ou recuperação pelos meios terapêuticos disponíveis no momento de sua constatação. O Capital Segurado é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

7.2.11. Despesas médicas, hospitalares e odontológicas – Garantir ao próprio segurado, em caso de acidente pessoal, inclusive por agentes biológicos ou reagentes químicos, o reembolso de despesas médicas, hospitalares e odontológicas, incorridas no tratamento sob orientação médica, até o limite do Capital Segurado de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

7.2.12. Considera-se acidente pessoal o evento com data caracterizada, exclusivo e diretamente externo, súbito, involuntário, violento, causador de lesão física, que, por si só e independentemente de toda e qualquer causa, tenha como consequência direta a morte ou a invalidez permanente ou parcial do segurado.

8. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

8.1. A empresa contratada deverá nomear um preposto, o qual acompanhará a implantação e operacionalização do seguro e deverá estar à disposição para o esclarecimento de quaisquer dúvidas porventura existentes, inclusive dos segurados.

8.2. A cada mês, após o envio das listas de inclusões e exclusões de segurados pelo Contratante, a contratada deverá providenciar e enviar os Certificados Individuais de cada um dos segurados, contendo as informações básicas do seguro de vida, tais como: nº da apólice; a data de vigência; o nome e CPF do segurado, não sendo permitida a cobrança de quaisquer taxas para este fim.

8.2.1. Caso exigido pela legislação, a seguradora deverá emitir e enviar eletronicamente ao estipulante os certificados individuais dos segurados, no prazo legal.

8.3. O fiscal designado pela contratante para acompanhamento da execução do serviço deverá realizar mensalmente conferência minuciosa dos Certificados Individuais de cada um dos segurados recebidos pela contratada; junto a Fatura emitida e as listas de inclusões e exclusões de segurados recebidos pelo Contratante; averiguando o nº da apólice do seguro; a data de vigência; o nome e CPF do segurado, e a incidência de cobrança de quaisquer taxas diversa do que está previsto em lei e no Termo de Referência.

8.4. Os pagamentos serão efetuados exclusivamente com base no número de segurados efetivamente inclusos ou mantidos no mês de referência.

8.5. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

8.6. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; Assim, a Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.8. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017.

8.9. As sanções a empresa contratada pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas em decorrência da contratação; são aquelas previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

9. **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

9.1. Não se aplica.

10. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

10.1. Também, o seguro contratado deverá contemplar as seguintes coberturas:

10.1.1. Cobertura de seguro por morte acidental, com capital para cada estagiário, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

10.1.2. Cobertura por invalidez permanente total ou parcial por acidente, com capital segurado para cada estagiário, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

10.1.3. Cobertura com despesas médicas hospitalares e odontológicas, decorrentes de sinistros, com capital segurado para cada estagiário, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

10.1.4. A cobertura do seguro deverá ocorrer durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, garantindo os riscos relativos às atividades profissionais e extraprofissionais, ocorridos em qualquer parte do Brasil;

10.1.5. A seguradora possibilitará a inclusão e a exclusão de novos estagiários no decorrer da vigência da APOLICE, sem custo adicional, garantindo a cobertura a partir da data de admissão do estágio obrigatório, sem limitações, sem limite de idade para os alunos segurados;

10.2. Enviar minuta da apólice do seguro previamente à sua efetivação para fins de verificação de atendimento às exigências desta contratação.

10.3. Manter, em tempo integral, **Serviço de Assistência ao Segurado, segundo a política de assistência da seguradora que afetar o seguro ofertado.**

10.4. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.5. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.6. Disponibilizar informativo, em formato eletrônico, com orientações aos segurados com o passo a passo para acionamento da Seguradora e sua rede de assistência e informação quantos aos documentos necessários para restituição das despesas pagas, etc.;

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.23. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.24. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, exceto em relação à contratação de serviços de assistência para atendimento aos segurados, quando for o caso.

14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. **A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo IV, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:**

- a. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.12. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.14. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até *10 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

a. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

18.1. Não haverá antecipação do pagamento.

19. REAJUSTE

19.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice nacional de preços ao consumidor amplo - IPCA (instituto brasileiro de geografia e estatística) - IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

20.1.1. A contratação não envolve a execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra nos termos do art. 7º, IV do Decreto nº 9.507, de 2018, e do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017; onde a garantia é obrigatória.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

21.1.5. cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. **Multa de:**

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

21.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no Subitem 21.1 deste Termo de Referência.

21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. As sanções previstas nos subitens 21.2.1, 21.2.3, 21.2.4 e 21.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- 21.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
22. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.4. O critério de julgamento da Proposta é o **menor preço por item**.
- 22.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
23. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**
- 23.1. *O custo estimado da contratação é de R\$ 20.094,75 (vinte mil noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos)*
24. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 24.1. Não se aplica a SRP.

Pirapora/MG, 28 de abril de 2023.

assinado eletronicamente
Eliel Francklim de Souza Junior
Assistente em Administração
Integrante Técnico

assinado eletronicamente
Walmey Leandro Barreto
Economista
Integrante Requisitante

25. **APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS**

O Ordenador de Despesas do IFNMG, abaixo identificado mediante assinatura eletrônica, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, examinando os autos deste processo, que tem como objeto o **Registro de preços para prestação de serviços continuados de seguro de vida coletivo contra acidentes pessoais de alunos estagiários do IFNMG, bem como estagiários recebidos/contratados pela Instituição**, RESOLVE aprovar este TERMO DE REFERÊNCIA, considerando sua adequação às necessidades e planejamento do IFNMG, inclusive quanto às especificações, quantidades e valores estimados.

Decide ainda autorizar a contratação, respeitadas as formalidades legais e disponibilidade orçamentária e financeira.

assinado eletronicamente
Wallace Magalhães Trindade
Diretor Geral
IFNMG Campus Pirapora



Documento assinado eletronicamente por **Eliei Francklim de Souza Junior, Coordenador(a) da Coordenadoria de Extensão**, em 28/04/2023, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Walmey Leandro Barreto, Economista**, em 28/04/2023, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wallace Magalhaes Trindade, Diretor(a) Geral**, em 02/05/2023, às 08:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ifnmg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1527243** e o código CRC **F015784A**.